

## A PESQUISA CIENTÍFICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA E DA PRÁXIS EDUCACIONAL NO BRASIL

**Luciana Maria Giovanni Hofling**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

### I – INTRODUÇÃO

Educação é hoje, no Brasil e no mundo, notícia de primeira página, e o ponto mais comum ataca sempre as péssimas condições do ensino atual.

Em quase todos os documentos, artigos e depoimentos a respeito dos problemas educacionais brasileiros, a tônica é sempre a mesma:

— é preciso renovar o ensino, desenvolver pesquisas, formar agentes capacitados tanto em pesquisas, como em planejamento etc...

A principal constatação, entretanto, parece ser a de que todo o nosso sistema escolar tem-se mostrado refratário aos procedimentos e aos produtos da pesquisa educacional.

Neste trabalho, o que pretendemos foi tão-somente coletar uma série de informações através da leitura de diferentes autores e estudiosos, que nos permitisse elaborar um panorama geral dos principais problemas levantados com respeito à situação da pesquisa educacional no Brasil, bem como apresentar alguns trabalhos já realizados sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, a partir do exame de tal levantamento, procuramos, sem a pretensão de fazer generalizações com o grau de segurança que a importância do assunto exigiria, chegar a algumas conclusões a respeito da contribuição da pesquisa científica em educação para o desenvolvimento da teoria e da práxis educacional no Brasil.

Assim, fomos levados a abordar o problema da pesquisa educacional de acordo com duas ordens de relevância: a científica ou teórica e a prática ou social.

A primeira se revelando pelo que as pesquisas representam em termos de acumulação de conhecimentos e a segunda, pelo que elas representam para o diagnóstico ou solução dos problemas sociais.

Em resumo, partimos do princípio de que todas as pesquisas que visem a aprofundar o conhecimento da situação educacional e torná-la mais eficaz, ou, ainda, melhorar nossa compreensão e facilitar a solução de algum problema que deva ser resolvido pelo pessoal envolvido com o processo de educação, constitui uma pesquisa educacional.

Isso não quer dizer, entretanto, que tivemos a intenção de considerar aqui a pesquisa educacional como um campo específico das ciências sociais, mas sim como uma área para onde confluem especialistas em diferentes ciências, a fim de colaborar na análise e solução de problemas que afetam o processo educacional ou são por ele afetados.

Também não pretendemos referir apenas a pesquisas dos processos educacionais como tais, mas sim a todas as inter-relações existentes entre estes e os outros processos sociais.

De modo que, a contribuição de cada pesquisa para o desenvolvimento da práxis e da teoria educacional foi tomada segundo a importância de cada uma por si mesma e pelo seu objetivo específico, como também e, principalmente, pelo seu caráter interdisciplinar indispensável para o exame dos problemas educacionais.

Por outro lado, é preciso lembrar também, que definir a contribuição e a importância de uma pesquisa para a resolução de determinado problema, implicou necessariamente estabelecer um juízo de valores, um dever ser, segundo o critério de cada um dos autores abordados, nos quais este trabalho se baseou.

## II — A PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL PRINCIPAIS PROBLEMAS

### **Pesquisa — educação — teoria e experimentação**

Uma das primeiras constatações a que se chega, quando se confrontam as diferentes publicações e artigos de revistas e/ou livros especializados, é a de que do total de pesquisas realizadas na área de Ciências Humanas, a Educação representa uma porcentagem muito pequena e, assim mesmo, a maior parte dessas pesquisas se referem a trabalhos descritivos, que embora sejam de grande valor para divulgação de idéias e informações importantes para a educação brasileira, não constituem, pesquisas científicas propriamente ditas.

Convém assinalar, contudo, que não temos a intenção de postular aqui nenhuma alternativa entre teoria e prática nas pesquisas educa-

cionais, primeiro porque simplesmente não há ciência sem teoria, e segundo porque o pesquisador educacional, mais ainda que qualquer outro, não pode separar a pesquisa teórica da pesquisa empírica, ambas são fundamentais para o desenvolvimento da teoria e da prática educacional do país. Enquanto o **pesquisador** educacional é aquele cuja função é explicar determinado fenômeno, especificando quais outros estão a ele relacionados, como e porque ( o que pode não ser de grande interesse para o pesquisador em si, mas o é, e muito, para os educadores práticos e para os "tomadores de decisão", isto é, para os políticos ), o **teórico** é aquele cuja visão de conjunto, cuja reflexão interdisciplinar, impede que se perca uma visão realista e integral do processo educativo.

Na verdade, simplesmente pretendemos constatar que existe, no Brasil, entre os centros de pesquisa e entre os próprios pesquisadores tomados isoladamente, uma acentuada preferência, ou melhor, certa prioridade para determinadas áreas de pesquisa.

Renato Alberto DI DIO, por exemplo, numa conferência realizada em abril de 1974, durante a realização do Encontro Anual da Associação Americana de Pesquisas Educacionais(1), descreve um estudo realizado pelo INEP ( Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ), em que 132 temas de pesquisa foram apresentados a todos os órgãos de pesquisa do país, 126 respostas foram recebidas e tabuladas e 56 áreas selecionadas, chegando a um resultado bastante significativo em termos do papel e da importância da pesquisa brasileira na área da educação, ou seja: a área na qual incidiu o menor número de escolhas foi justamente a da "Pesquisa Educacional".

Por sua vez, a Professora Aparecida Joly Gouveia, num trabalho sobre a situação da pesquisa educacional no Brasil(2), nos dá uma visão até certo ponto promissora das pesquisas realizadas em educação no país, na medida em que aponta fatores como:

a) o número e a qualidade dos trabalhos em andamento ( na época — 1976 ) ou já concluídos, principalmente no setor dos estudos psicopedagógicos; e

b) os sinais de aperfeiçoamento das pesquisas referentes a características de alunos, visando à elaboração de currículos e programas.

Por outro lado, suas reflexões nos levam também a detectar algumas zonas carentes da pesquisa educacional no Brasil, quando revela a ausência quase total de trabalhos na área onde se incluiriam estudos sobre a escola como organização social ou sobre os sistemas administrativos em que estão inseridas as escolas — é o caso inclusive de estudos sobre política educacional, economia da educação, psicologia social, estrutura e funcionamento dos sistemas político-administrativos federais, estaduais e municipais etc. Como a própria autora diria:

“... não é difícil imaginar a importância que estudos nessas áreas teriam. Por mais que se possa avançar no que respeita a aspectos psicopedagógicos, tais avanços não se propagarão, se bloqueios sérios ocorrerem, por uma ou outra razão, em diferentes pontos do sistema educacional, ...em que estão envolvidos hoje milhares de professores que presumivelmente afetam a vida de milhões de estudantes.”(3)

Em documento do primeiro Seminário Latino-Americano de Diretores de Centros de Pesquisas em Educação, realizado em Oaxtepec ( México ), em maio de 1972, publicado pela Fundação Carlos Chagas(4), C. M. IZQUIERDO, do Centro de Estudos Educacionais do México, ao apontar as prioridades da pesquisa educacional na América Latina, já sugeria a necessidade de continuar a aprofundar a pesquisa pura tanto quanto a experimentação que dela nasce, tendo em vista as políticas e linhas de ação levadas a efeito nos diversos países latino-americanos, com resultados ambíguos ou definitivamente negativos para a solução dos problemas educacionais.

Sua análise referia-se principalmente à necessidade de pesquisas visando à solução de problemas como:

- formas de educação compensatória e remediadora, que têm como finalidade fundamental neutralizar, ou pelo menos diminuir o efeito que produzem os antecedentes sócio-econômico-culturais dos indivíduos, no aproveitamento das oportunidades de educação e, portanto, na sua distribuição desigual;

- estruturas dos sistemas escolares que implicam diferenciar ou homogeneizar os currículos, alterando conseqüentemente seu grau de seletividade ou de democratização, como também sua eficiência pedagógica;

- a eficiência interna e externa do sistema escolar e seus fatores determinantes: quantidade x qualidade, rentabilidade da educação, recursos disponíveis, mercado ocupacional etc...

- e finalmente, os problemas relacionados com a administração e controle dos sistemas educacionais, tais como: as disfuncionalidades do sistema, suas metas e a orientação geral do sistema social global etc...

O que se nota, portanto, parece ser a necessidade de pesquisas que procurem atender a dois tipos de situações: a primeira, referente ao tipo de pesquisa cujo objetivo seria o de melhorar a eficiência do planejamento educacional com vistas à consecução dos objetivos visados pelo sistema social em questão, e a segunda, referente a pesquisas que procurem encontrar fórmulas destinadas a modificar a orientação geral do sistema educacional e social, ou mesmo dos valores sociais vigentes.

**Pesquisas educacionais — sistema de comunicação e divulgação**

Ainda no 1º Seminário Latino-Americano de Diretores dos Centros de Pesquisa em Educação, E. SCHEFFELBEIN, do Programa Interdisciplinar de Pesquisa Educacional de Santiago ( Chile ) (5), analisando as condições em que se processam as comunicações entre os centros de pesquisa educacional na América Latina, observou:

a) a marcante inferioridade da divulgação das revistas especializadas em relação às pesquisas concluídas ou em realização;

b) a constante falta de comunicação em inúmeras reuniões regionais, e portanto, a necessidade de maiores vínculos e intercâmbios entre os organismos regionais e entre os próprios pesquisadores; e

c) os altos custos para a obtenção das informações sobre as pesquisas para os pesquisadores isoladamente e, mesmo, para os Centros de Pesquisas.

O problema das comunicações dos resultados das pesquisas educacionais, parece ser, então, de crucial importância para que a contribuição da pesquisa educacional ao desenvolvimento da práxis e da teoria em educação se estabeleça, tendo em vista que é somente revendo sistematicamente o que se fez e o que se faz em educação, se pode melhorar as situações em que ela se processa.

A esse respeito, é interessante aqui, que no Brasil, a Professora Aparecida Joly Gouveia, da Universidade de São Paulo, em trabalho já mencionado(6), analisou 212 trabalhos de pesquisa educacional no período de 1965 a 1970, trabalhos esses que, segundo a autora, representava apenas uma pequena porcentagem que ela pode localizar mediante relações pessoais, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, o que representou, portanto, a perda de um número muito maior de pesquisas realizadas no resto do país.

Ora, tal fato ilustra claramente os problemas de comunicação dos resultados das pesquisas em educação existentes no país.

Em palestra proferida no 1º Encontro de Pesquisadores em Educação do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, realizado em Porto Alegre ( agosto de 1973 ), a mesma autora, ao apresentar algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil(7), parece sugerir que o problema crucial a respeito do assunto, está justamente na escassez das informações disponíveis sobre os trabalhos já concluídos ou em realização, dada a extensão do país e a ausência de mecanismos especializados de comunicação entre pesquisadores e centros de pesquisa.

É, ainda, tal constatação que a leva a apontar a necessidade de se proceder a um levantamento dos temas ou tópicos das pesquisas educa-

cionais já realizadas. Não uma simples listagem como a realizada em 1970, pela mesma autora, mas um levantamento que indicasse:

- a) as principais constatações sobre os temas com base nos dados analisados,
- b) as questões ainda não esclarecidas ou insuficientemente tratadas,
- c) novas indagações e hipóteses a partir dos dados e informações disponíveis,
- d) tendências metodológicas etc...

É evidente que um “balanço” como este sugerido pela autora, se levado a efeito corretamente, teria de se constituir, antes de mais nada, em competente e contínua pesquisa bibliográfica que abrangesse todos os trabalhos publicados e não publicados, o que evitaria de modo bastante eficaz a multiplicação de estudos redundantes, muito comuns entre nós e de efeito oneroso em termos de recursos financeiros e humanos, pois em relação à maioria dos temas tratados nas pesquisas educacionais brasileiras, apesar de tantos estudos realizados, muito pouco ainda se sabe. Nas palavras da própria Professora JOLY GOUVEIA:

“Grande parte da dedicação dos pesquisadores e empreendimentos tentados pelas instituições governamentais, se tem aplicado à realização de projetos que se multiplicam erradicamente, sem que até agora saibamos o que se sabe sobre educação no Brasil”,(8)

Por outro lado, a mesma autora indica ainda outras vantagens que a visão de conjunto do “balanço” sugerido traria:

- a) eleição de novos temas e indagações diferentes dos que convencionalmente vem orientando nossas pesquisas; e
- b) maior enriquecimento teórico e, portanto, formulação mais realista dos planos educacionais.

O que se percebe aqui, portanto, é que no referente aos aspectos puramente quantitativos, “estamos usualmente defasados e insuficientemente informados, ...não apenas em âmbito nacional, mas também estadual”(9).

Ainda na mesma palestra, lembra a autora outro problema muito importante, qual seja, o da multiplicação indiscriminada e errada dos bancos de dados e instituições paralelas com fins idênticos, que além de aumentarem a probabilidade de incongruência nos dados, sobrecarregam as escolas como informantes.

Aqui talvez fosse interessante abrir um parênteses e esclarecer que existem no Brasil várias instituições de pesquisa, provavelmente em

número maior do que o realmente necessário, dado o número bastante reduzido de pesquisadores brasileiros(10), e dadas as condições de comunicação e coordenação de trabalho entre eles. Mais explicitamente:

- existem 8 centros em nível federal: o INEP ( Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ) e seus 6 centros: o Centro Brasileiro no Rio de Janeiro e os 5 centros regionais em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, e ainda: o IPEA que tem sido um Instituto de Pesquisa Educacional através de seu Centro Nacional de Recursos Humanos e a SUDENE, que tem focalizado as características sócio-econômicas do sistema educacional do Nordeste;

- existem 2 centros em nível estadual em São Paulo: o FECE ( Fundo Estadual de Construções Escolares ) que tem realizado pesquisas sobre instalações de escolas públicas e o Centro de Recursos Humanos do Departamento Estadual de Economia e Planejamento;

- 2 centros em nível de iniciativa privada, que são: a Fundação Carlos Chagas com ênfase nos aspectos psicológicos e sociológicos da educação e a Fundação Getúlio Vargas, mais voltada para as implicações econômicas da educação; e

- em nível internacional, constam ainda: UNESCO, Organização dos Estados Americanos, Fundação Ford e USAID.(11)

Finalmente, o que se pode concluir de tudo isso, é que o ponto crítico para o futuro da pesquisa educacional no Brasil, não é tanto a sua infraestrutura, mas a **preparação de pesquisadores** em maior número e melhor qualidade, fundamentada, segundo veremos, em bons cursos de graduação, mas só realizada efetivamente nos cursos de pós-graduação.

## **Formação de pesquisadores educacionais**

### **Pesquisa — ensino — pós-graduação**

Sobre esse aspecto, Renato Alberto DI Dio, numa conferência a respeito da Pesquisa Educacional no Brasil, realizada no Chile, em abril de 1974, por ocasião do Encontro Anual da American Educational Research Association(12), afirma que a razão principal da “incipiência” ( termo utilizado pelo próprio autor ) da pesquisa educacional no Brasil, está justamente no pequeno número e no baixo nível dos nossos estudantes de pós-graduação.

Nessa mesma linha de raciocínio, J. M. PIRES AZANHA ( USP ), em seu livro Experimentação Educacional(13), realiza uma análise bastante oportuna sobre os estudos experimentais em educação realizados no Brasil, estudos esses que o próprio autor divide em dois estilos: o

primeiro envolvendo as pesquisas sobre os problemas específicos no campo da educação e o segundo, referente às classes ou escolas experimentais.

De modo geral, e de maneira bastante resumida, a principal constatação do autor com respeito às investigações e estudos em educação no Brasil se refere à extrema precariedade científica de que se revestem, fornecendo assim conclusões insuficientes para fundamentar uma atuação racional e eficaz no tratamento dos problemas educacionais. São pesquisas que satisfazem certos padrões de rigor científico, mas somente incidem sobre problemas de escasso alcance teórico ou prático.

O objetivo desse autor, entretanto, não parece ser o de postular a inutilidade desse tipo de investigação, mas sim ressaltar que, pela sua desvinculação teórica, pelo seu tipo de abordagem fragmentária e restrita do processo educacional, pela linguagem extremamente ambígua utilizada no tratamento dos temas educacionais, pela escassez de tratamento estatístico adequado, pelo comprometimento filosófico, social ou psicológico dos pesquisadores e, na maioria das vezes, simplesmente pelo seu despreparo científico, "...não ultrapassam o nível de divagação literária e pseudocientífica, insuficientes como suporte de um esforço de racionalização do processo educativo".(14)

Ora, o que tais observações nos parecem indicar, é que falta ao Brasil a base humana necessária ao desenvolvimento de um programa de pesquisa educacional relevante e eficiente, de modo que sejam obtidos resultados fidedignos e válidos, como também tomadas as decisões adequadas com base em tais resultados.

Realmente, diversos autores fazem referência em seus estudos(15), a tais problemas, ressaltando, por exemplo, que:

a) a esmagadora maioria das pesquisas educacionais realizadas no Brasil constituem estudos históricos, descritivos, levantamentos ou outros enfoques não experimentais;

b) os estudos realizados são em sua maioria, predominantemente não-estatísticos;

c) a razão disso é que existe uma enorme carência de domínio das técnicas estatísticas e planos experimentais nos cursos ligados à educação, ocorrendo portanto, um decrescimento em quantidade e qualidade dos pesquisadores pedagógicos;

d) e, sendo assim, as pesquisas ligadas à educação, ficam quase sempre a cargo dos cientistas mais talhados para isso, ou seja, os economistas ou psicólogos, abrangendo, portanto, áreas bastante restritas do processo educacional.



Assim, o que se pode notar, é que a formação de pesquisadores parece ser o principal fator responsável pelos problemas da pesquisa educacional no Brasil.

A respeito desse problema, parece comum à maioria dos autores consultados, a vinculação da pesquisa à idéia dos cursos de pós-graduação.

O Professor Newton SUCUPIRA, que estudou exaustivamente o papel da pós-graduação na formação de pesquisadores, através dos Pareceres 977/66 e 77/69 do Conselho Federal de Educação, definindo e fixando normas para o credenciamento dos cursos de pós-graduação em todo o território nacional, declara, nesses mesmos pareceres, a necessidade de tais cursos se constituírem num mecanismo eficiente e regular para a formação de pesquisadores.

Desse modo, podemos perceber que a característica principal dos cursos de pós-graduação seria, sem sombra de dúvida, a elaboração e não a informação, ou seja, consistiriam esses cursos no trabalho autônomo dos alunos sob a orientação de professores capacitados, em forma de pesquisas; o que quer dizer que, em vez de os alunos absorverem um saber feito, seriam levados a fazê-lo por conta própria.

A importância da pós-graduação na formação dos pesquisadores é analisada de modo bastante lúcido pelo Professor P. E. A. SENISE, da Universidade de São Paulo, num seu trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, por ocasião do Simpósio sobre Pesquisa para o Planejamento Educacional, onde ele diz:

“...Na verdade, a pós-graduação impulsiona e desenvolve mais vigorosamente a pesquisa ao chegar ao ápice com o doutorado, pois não pode, absolutamente, haver doutoramento sem trabalho de investigação original. Cumpre, porém, atribuir a devida importância também ao mestrado, etapa intermediária, não obrigatória, que nem sempre envolve pesquisa, mormente original. Não há dúvida de que, em curso de pós-graduação bem planejado, o mestrado mesmo podendo ser o grau terminal, desempenha papel relevante por poder contribuir para um maior aprofundamento de conhecimentos, ou para o aprimoramento profissional e, sobretudo, promover de maneira racional o treinamento científico. Além do mais, proporciona a possibilidade de verificar quais candidatos realmente têm capacidade ou vocação para uma atividade de pesquisa mais profunda, cujo desenvolvimento e evolução natural possa conduzir ao doutorado.

Claro é que não se deve esquecer que a pós-graduação é, por si mesma, por sua própria natureza, um processo seletivo. Ela se caracteriza por certo rigor de seletividade, indispensável para que atinja seus objetivos. Não é absolutamente possível pensar-se em pós-graduação em termos de ensino de massa. Seria atentar contra a própria essência da pós-graduação.”(16)

Isso quer dizer que, indiscutivelmente a pós-graduação conduz à formação de uma elite intelectual, formando também o docente universitário e não só o pesquisador.

Entretanto, ao que parece, estamos enfrentando o que Leônidas HEGENBERG já chamou certa vez de “maré de pós-graduação”(17), quando insensatamente, parece cada vez mais imperiosa a necessidade de tais cursos. Insensatamente porque nem todos têm vocação para pesquisa e redação de trabalhos, mas realizam com muita eficiência a tarefa de ensinar.

Explicando melhor: podemos dividir grosseiramente os formados em escolas superiores em duas categorias: os pesquisadores e os professores. Para aqueles a pós-graduação se torna uma medida necessária e indispensável para a intensidade, coerência e fecundidade das pesquisas a serem realizadas; mas para estes, não parece justo exigir um curso de pós-graduação, simplesmente para que se estabeleça uma “competição” para a conquista das vagas à carreira universitária. Mesmo porque, uma universidade não vive só de pesquisas, o ensino é uma de suas tarefas mais importantes. A “maré de pós-graduação” está atingindo um limite que toca ao exagero.

## **Pesquisa Educacional — Filosofia**

A esse respeito, a proposição apresentada pelo Professor Durmeval TRIGUEIRO ao IESAE ( Instituto de Estudos Superiores Avançados em Educação ), para o Curso de Mestrado promovido pela Fundação Carlos Chagas(18), é bastante sugestiva, na medida em que estabelece três postulados filosóficos básicos para a pesquisa educacional no Brasil:

a) seu desenvolvimento em função da política educacional e do progresso das ciências da educação no país;

b) a união da pesquisa empírica com a reflexão filosófica, em busca da integração e interdisciplinaridade das ciências entre si; e

c) desenvolvimento de um caráter ao mesmo tempo analítico e prospectivo, isto é, a preocupação não só de explicar as estruturas e sistemas em funcionamento, mas também a de sugerir novas soluções.

Desse ponto de vista, a filosofia da pesquisa educacional passa a situar-se em três pontos básicos:

a) na interdisciplinaridade entre as ciências visando não só ao conhecimento da realidade educacional, mas também e principalmente as relações entre ciência educacional e política educacional;

b) na adoção de métodos científicos para a análise dos processos educacionais; e

c) no processo de reflexão radical baseado na filosofia da educação que representa, em última análise, "alicerce e o coroamento de todo o processo educativo".(19)

### **Pesquisa Educacional – Estado**

M. J. McCARTHY, do CBPE, foi um dos autores consultados a analisar as relações entre o Estado e as pesquisas educacionais. Com muita propriedade, suas reflexões nos levam a crer que o descontentamento geral que se possa observar no Brasil e no mundo com relação aos sistemas educacionais, talvez possa ser atribuído ao insucesso do Estado em organizar o planejamento, a coordenação e a avaliação da pesquisa educacional.(20)

Afirma o autor que os serviços nacionais de educação, particulares ou estaduais, fazem parte da vida comunitária do povo, e que portanto, a função do Estado não deveria ser vista somente como "fonte dadivosa" na distribuição de ajuda financeira para os que desejassem empreender pesquisas educacionais. Em suas próprias palavras:

"...Um país não deveria esperar até que um problema ou crise se manifestasse nos serviços educacionais e então recorrer à pesquisa como ponto de partida para uma "cura". Sendo os fundos disponíveis para educação geralmente limitados, conviria que a determinação de projetos de pesquisa, nessa área, recebesse com prioridade a assistência do Estado, contando com assessoria de Conselhos consultivos ou comissões técnicas."(21)

Em suma, o autor quis dizer que qualquer planejamento nacional para o desenvolvimento da educação no país, pouco significará a menos que seja reforçado por pesquisas e estudos práticos relativos aos métodos necessários para a sua execução, recursos disponíveis, resultados a esperar etc...

## Pesquisa Educacional – Investimento

Outra constatação também importante feita pelos mesmos autores, refere-se ao quanto se investe no Brasil em pesquisas educacionais. Dizem a maioria deles, por exemplo, que “o Brasil não investe muito pouco em educação, mas investe muito mal” (22), isto é, eles descrevem uma situação em que é óbvia a necessidade de aumentar o valor absoluto do investimento, mas principalmente em que é muito mais importante reorganizar a concentração desses recursos, procurando muito mais investir na formação de pesquisadores, que na organização indiscriminada de institutos de pesquisa isolados uns dos outros, ou em financiamentos de pesquisas que, muitas vezes, deixam de ser concluídas, e quando o são, pouco contribuem para a prática e a teoria educacional do país.

### III – ALGUNS TRABALHOS JÁ REALIZADOS SOBRE PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL

ABREU, Jayme, “Registro Analítico e Recomendações da IV Conferência Nacional de Educação” ( SP, julho/1 969 ), in: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 100 – 107.

O artigo tem por objetivo, assim como a conferência:

- fazer uma exposição e análise crítica do sistema educacional brasileiro;
- propor o papel das Conferências Nacionais de Educação como instrumento válido para as transformações no sistema educacional, mediante proposições de reformulação de sua filosofia e instrumentação;
- intercambiar experiências, discutir teses, etc... a respeito de diferentes aspectos da problemática educacional do país, definindo-lhe criticamente o sentido e discutindo rumos e caminhos para as soluções visadas, e
- discutir o problema da defasagem de tempo para incorporação de tais teses e recomendações à práxis educacional corrente.

ABREU, Jayme, “Uma política para a pesquisa educacional no Brasil”, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 6 – 12.

Trata-se do editorial da revista em que o autor como Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE, procura formu-

lar as diretrizes para uma política das pesquisas educacionais no Brasil, com recomendações a respeito de critérios e objetivos a serem adotados para implantação de tal política, partindo de considerações sobre:

- a escassez de incorporação do método científico ao trato corrente dos problemas educacionais;
- as diferenças de conceituações no entendimento do que seria a pesquisa educacional; e
- um panorama da pesquisa educacional na América Latina.

AZEVEDO GOLDBERG, M. Amélia, "O pesquisador Educacional e o Mercado de Trabalho", **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )**, 23 (6): 754 – 758, dez/71.

Analisar as relações entre o pesquisador educacional e seu mercado de trabalho implica dispor de informações sobre: estoque de profissionais ( pesquisadores ), capacidade produtiva ( cursos ) e potencial institucional ( empregos ) – tais informações ou não existem, ou são incompletas. Sua principal constatação é a de que a pesquisa nas universidades brasileiras se deve ao esforço de alguns poucos elementos, que em nosso país a pesquisa ainda não está suficientemente desenvolvida, resultando mais de esforços isolados, que de uma política sistemática e incentivos.

CAMARGO PEREIRA, J. S. e CARDIA, N. G., "A formação estatística do pesquisador em educação", **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )**, 23 (6), dez/71, págs. 747 – 751.

Propõe o artigo:

- a necessidade de uma sólida formação em técnicas estatísticas mais comuns, em todos os cursos de Ciências Humanas;
- o método estatístico como imprescindível aos pesquisadores educacionais;
- que o método estatístico seja pouco usado no Brasil devido à fraca formação do pesquisador brasileiro e à inexistência de estatísticos profissionais à disposição desses pesquisadores;
- intensificação dos estudos estatísticos nas Faculdades de Educação;
- contratação de estatísticos profissionais junto aos institutos de pesquisa; e
- a mudança de mentalidade entre os responsáveis pelo ensino e a pesquisa educacional no Brasil.

CUNHA, Luís Antonio, "os ( des ) caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação", in: MEC-Departamento de Assuntos Universitários-Coord. Aperf. Pessoal Nível Superior-CAPES, **Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação**, Brasília, MEC-Depart. Documentação e Divulgação, 1 979, págs. 3 – 15.

Partindo de leituras dos produtos das pesquisas educacionais no Brasil como teses, relatórios, artigos etc..., o autor verifica e analisa as orientações ou parâmetros viesados dessas pesquisas, ao mesmo tempo que apresenta os principais marcos de referência do desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil e esboça algumas propostas para o surgimento de trabalhos de melhor qualidade e a superação de tais desvios.

DI DIO, Renato A. T., "Pesquisa Educacional no Brasil", **Revista Pesquisa e Planejamento**, SP, v. 16 jan/75, págs. 147 – 158.

O autor apresenta um panorama da pesquisa educacional no Brasil, lançando mão de temas como:

- quantas e que tipos de pesquisas são efetuadas no Brasil;
- qual a situação atual dos nossos cursos de pós-graduação;
- em que estágio se encontram testes e medidas no Brasil;
- quanto investe o Brasil em pesquisas educacionais; e
- quais as conexões entre os Centros de Pesquisas Latino-Americanos.

Conclui pela falta de pesquisadores educacionais no Brasil em número e qualidade suficientes e a necessidade de intensificação de troca de informações entre os responsáveis pela realização das pesquisas educacionais no Brasil.

EBEL, R. L., "Limitações da Pesquisa Básica em Educação", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 57 – 69.

Um artigo no qual o autor sustenta a tese de que a pesquisa básica na educação assegura uma melhoria muito restrita ao processo educacional.

GRACIARENA, Jorge, "As prioridades da pesquisa em sociologia da educação", **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )**, 23 (6), dez/71, págs. 721 – 727.

O autor faz um "inventário" dos principais problemas sociais brasileiros, seleciona e fixa prioridades para a pesquisa sociológica, colocando-a como uma necessidade fundamental para o planejamento educacional.

HARBISON, F., "Planejamento Educacional e Desenvolvimento de Recursos Humanos", **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 6, dez/72, SP, págs. 87 – 97.

Na elaboração da estrutura do planejamento a questão principal se torna identificar os problemas críticos envolvidos no desenvolvimento dos recursos humanos ( com ou sem informações estatísticas precisas ) tendo em vista a necessidade de aumento de rendimento das instituições educacionais.

HUSEN, Torsten, "Pesquisa e elaboração e uma política da educação", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 184 – 192.

O artigo trata das relações entre pesquisadores e dirigentes responsáveis no campo da educação, abordando seus problemas de comunicação e linguagem, considerando o tipo de relações que assegurariam condições tanto para a realização de pesquisas realmente válidas, como para tomada de decisões políticas adequadas e analisando o tipo de ajuda que os pesquisadores podem prestar na elaboração das reformas educacionais.

IZQUIERDO MUÑOZ, Carlos, Considerações para determinar as prioridades da pesquisa educacional na América Latina", **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 5, nov/72, págs. 3 – 17.

Partindo da definição e pesquisa educacional, o autor aborda os principais problemas educacionais relativos à entrada no sistema escolar ( insumos ), à saída dos sistemas escolares ( produto ) e ao controle e administração dos sistemas escolares.

JOLY GOUVEIA, Aparecida, "Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil", **Revista Pesquisa e Planejamento**, SP, v. 16, jan/75, págs. 139 – 145.

Onde a autora propõe a necessidade de um "balanço" ou levantamento de todas as pesquisas educacionais realizadas no Brasil, visando

a evitar a multiplicação de estudos redundantes e procurando renovar os temas atuais da pesquisa educacional brasileira. Considera as dificuldades de tal levantamento, e aponta como problemas centrais: a formação de pesquisadores e os cursos de pós-graduação.

JOLY GOUVEIA, Aparecida, A Pesquisa Educacional no Brasil”, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 55 (122): 209 – 241, abr-jun/71.

Um estudo que divulga dados e informações sobre os temas principais da pesquisa educacional no Brasil, concluindo pela urgência em se especificar o papel da pesquisa na formulação da política educacional, sua influência sobre o processo educativo e examinando também os problemas relativos ao “background” dos pesquisadores educacionais brasileiros e à formação de uma equipe multidisciplinar.

JOLY GOUVEIA, “A Pesquisa Educacional no Brasil: de 1 970 para cá”, **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 19, dez/76. págs. 75 – 79.

A autora analisa a situação das pesquisas educacionais no Brasil em 1 976, e conclui pela sua evidente melhoria principalmente no setor de estudos psicopedagógicos, mas apontando também algumas carências como: falta de estudos sobre a escola como organização social, sobre os sistemas administrativos em que elas se inserem, sobre política educacional e sobre as estruturas e funcionamento dos sistemas político-administrativos federais, estaduais e municipais, bem como das grandes universidades.

LOPES, Juarez R. B., A pesquisa educacional em países em desenvolvimento: uma abordagem histórico-estrutural”, **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )** 23 (6): 717 – 720, dez/71.

Temas abordados neste artigo:

- a importância de uma perspectiva globalizante para o estudo da educação;
- o papel dos processos educativos no desenvolvimento em seus vários momentos; e
- necessidade de interdisciplinariedade nessa perspectiva histórico-estrutural.

LOPES CORREA, Arlindo, “Pesquisa e Planejamento Educacional”, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115): 14 – 21, jul-set/69.



O autor propõe a pesquisa e o planejamento como soluções para o problema da alienação da educação no tempo e no espaço, uma vez que a educação tem seu aperfeiçoamento condicionado pela excelência da rede de pesquisa e da estrutura de planejamento de que dispõe a seu serviço.

McCARTHY, M. J., "O Estado e a Pesquisa Educacional", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115): 22 – 32, jul-set/69.

Trata-se de um exame entre as relações do Estado com as pesquisas educacionais, e do papel do Estado no sentido de organizar o planejamento, a coordenação e a avaliação das pesquisas educacionais do país.

MADDOX, Harry, "O papel da pesquisa educacional no planejamento, com especial referência ao Brasil", **Revista Pesquisa e Planejamento**, nº 10, dez/66, págs. 15 – 35.

O autor aborda os seguintes problemas: as diferenças entre pesquisa e planejamento, a necessidade da pesquisa educacional nos países em desenvolvimento, visão retrospectiva do efeito das pesquisas educacionais na prática escolar e no planejamento das escolas, tipos de pesquisas e seu uso no planejamento, a organização das pesquisas, os meios de comunicação de resultados e o papel das universidades.

MARTINS, Joel, "Objetivos e Estrutura de um curso de Pós-graduação para pesquisadores educacionais", **Revista Ciência e Cultura**, 23 (6), dez/71, 741 – 746.

Neste artigo o autor aborda problemas como: os principais problemas da pesquisa educacional no Brasil; sua situação atual; relacionamento da pesquisa educacional com a ciência, seus modelos, métodos, teoria e prática, computadores; a preparação dos pesquisadores em cursos de pós-graduação e as características de um programa de formação de pesquisadores.

MOURA CASTRO, Cláudio de, "Dissertando sobre dissertações", in: MEC-Depto. de Assuntos Universitários-Coord. Aperfeiç. Pessoal Nível Superior-CAPEs, **Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação**, Brasília, MEC-Depto. Documentação e Divulgação, 1 979, págs. 31 – 50.

Comenta e analisa as teses e dissertações dos programas de mestrado em educação, destacando as questões de como produzir boas teses, dada a baixa qualidade da maioria dos trabalhos de pesquisa educacional no Brasil e dada a situação privilegiada dos pesquisadores brasileiros nessa área, onde tudo ( problemas e exploração de dados ) ainda se encontra por fazer. Conceitua e discrimina o que é e o que não é pesquisa educacional e tese científica, abordando categorias de trabalho como: propostas de planos e reformas; revisões bibliográficas; levantamentos; teses didáticas; teses teóricas e teses teórico-empíricas — privilegiando esta última como a genuína forma de tese e pesquisa.

MURILLO MARQUES, R., "A linguagem computacional e a formação do pesquisador educacional", *Revista Ciência e Cultura ( SBPC )*, 23 (6): 752 — 753, dez/71.

Neste artigo o autor constata problemas como: a carência na formação dos pesquisadores educacionais, o que leva, por sua vez, à programação dos computadores nas pesquisas educacionais, por pessoas estranhas à pesquisa, com inevitáveis perdas de informações.

PIRES AZANHA, J. Mário, **Experimentação Educacional: uma contribuição para sua análise**, SP, Edart, 1 975, 78 págs.

Trata-se de um livro destinado à análise e exame crítico das características de cientificidade dos estudos e pesquisas educacionais no Brasil, bem como da formação, organização e funcionamento das classes experimentais.

POPPOVIC, Ana Maria, "As prioridades da pesquisa em psicologia educacional", *Revista Ciência e Cultura*, 23 (6): 731 — 732, dez/71.

Onde a autora analisa: os modismos da pesquisa educacional no Brasil; a necessidade de formação de novos pesquisadores; as deficiências dos cursos de pós-graduação destinados a essa formação e os critérios para determinar as prioridades das pesquisas em psicologia educacional.

RIBEIRO NETO, Adolpho, "A pesquisa e o Planejamento educacional", *Revista Ciência e Cultura ( SBPC )*, 23 (6): 715 — 716, dez/71.

O autor examina a evolução do sistema educacional brasileiro e a necessidade de tornar mais racional e objetiva a tomada de decisões em educação, partindo da consciência da necessidade de um planejamento

baseado em pesquisas e conhecimentos científicos. Aponta a inexistência de um planejamento tornando escassa e desarticulada a pesquisa e a formação de pesquisadores. Por outro lado, aponta a falta de pesquisas tornando carente de motivação e subsídios o planejamento, propondo algumas sugestões no sentido de romper tal círculo vicioso.

SCHIEFELBEIN, Ernesto, "A comunicação entre os Centros de Pesquisas Educacionais", **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 5, nov/72, págs. 19 – 35.

O texto desenvolve-se em torno dos seguintes temas-problemas: as limitações no interesse pelas pesquisas educacionais; sua importância; os modos de comunicação dos resultados das pesquisas; as características dos usuários; a demanda de informações; os produtores de tal conhecimento; as ofertas de informações; a disponibilidade das pesquisas; a necessidade de um equilíbrio entre oferta e demanda; os estímulos à comunicação interamericana; os custos da informação e os projetos e resumos-intercâmbios.

TRIGUEIRO MENDES, Durmeval, "Pesquisa e Ensino no Mestrado em Educação", **Revista Pesquisa e Planejamento**, v. 16, jan/75, págs. 249 – 264.

Proposições do autor quanto à filosofia ou postulados filosóficos básicos para a pesquisa educacional no Brasil a sua articulação com o ensino, trazendo anexos, algumas sugestões para o programa de pesquisas do IESAE.

VELLOSO, Jacques R., "Reflexões sobre a produção científica na pós-graduação em educação e a participação dos discentes", in: MEC-Depto. Assuntos Universitários-Coord. Aperfeiç. Pessoal Nível Superior-CA-PES, **Seminário sobre produção científica nos programas de pós-graduação em educação**, Brasília, MEC-Depto. Documentação e Divulgação, 1 979, págs. 67 – 80.

O texto procura discutir a natureza da produção científica nos centros de pós-graduação em educação e como se pode criar melhores condições para essa produção, dividindo-se basicamente em três partes: a) conceituação de produção científica e pesquisa em geral e no campo da educação em particular; b) as pré-condições necessárias para a produção científica como condições materiais e de infra-estrutura e condições acadêmicas e c) a participação dos discentes na produção acadêmica dos docentes-a importância de um trabalho em conjunto entre professores e alunos.

## IV – CONCLUSÕES

Mesmo após os trabalhos de levantamento, pesquisa, leitura e síntese realizados, não nos pareceu fácil chegar a conclusões a respeito da contribuição efetiva da pesquisa educacional realizada no Brasil para a nossa práxis e teoria educacionais, mesmo porque, cremos, estudos a esse respeito têm sido bastante restritos e pouco divulgados.

O que entretanto parece saltar visivelmente aos nossos olhos, diante das análises realizadas pelos diferentes autores consultados, é a descontinuidade, falta de encontros, intercâmbios, trocas e colaborações entre os três elementos responsáveis pelos aspectos fundamentais, e por natureza indissociáveis, do processo educacional, que são a teoria, a prática e a pesquisa pedagógica.(23)

Uma das primeiras indagações que nos fizemos ao iniciarmos este trabalho, foi a respeito do tipo de ajuda que os pesquisadores poderiam prestar à elaboração de soluções para os problemas educacionais do país.

O que tem ocorrido, é que, atualmente, cada país parece procurar, cada vez mais, a ajuda de especialistas em ciências humanas e sociais para solução, ou, pelo menos, para um tratamento mais eficaz dos problemas relativos ao ensino, às estruturas escolares, ao processo de aprendizagem, métodos de ensino, currículos etc...

T. HUSEN, numa análise das relações entre pesquisadores e responsáveis pela política educacional(24), aponta três aspectos relativos ao trabalho do pesquisador, quais sejam:

- a) o de melhor equacionar e elucidar os problemas educacionais
- b) estabelecer uma interpretação mais exata dos dados disponíveis, e
- c) estabelecer fatos, realizar estudos a respeito dos fenômenos pedagógicos com os quais o administrador se vê obrigado a trabalhar.

É evidente, no entanto, que o tipo de problema a ser pesquisado e o caráter próprio da pesquisa, têm influência nas relações entre os pesquisadores e os "tomadores de decisão". Existem muitos pontos de atrito e críticas. Por isso é preciso que se conserve um equilíbrio de ambos os lados, para que não se torne o pesquisador um "enclausurado em torre de marfim", e para que se mantenha a integridade sadia da pesquisa, de modo a conservá-la sempre atuante como a incentivadora de transformações e inovações produtivas no sistema de ensino.

Bastante sugestiva a esse respeito foi a atuação de cientistas, pesquisadores e professores brasileiros, de diferentes campos do conhecimento científico, que participaram da XXIX Reunião Anual da SBPC, em julho de 1977, em São Paulo, cujas colocações a respeito do papel da crítica nas atuais circunstâncias político-administrativas do país, revelam uma tomada de posição sadia, que não procura absolutamente dispor o cientista e o pesquisador contra o governo, mas sim, fundamentalmente, buscar a evolução e o aperfeiçoamento do pensamento científico no Brasil, principalmente se levarmos em conta que o papel fundamental das ciências humanas, por exemplo, é voltar-se à reflexão dos problemas e fatos sociais.

Já foi dito muitas vezes, por exemplo, que toda função da ciência é crítica, mas é preciso que tanto o cientista como o político compreendam a importância da crítica que é justamente a de buscar o aperfeiçoamento das idéias e da ação.

Entretanto, a ausência total de representantes governamentais nesse mencionado encontro importante dos cientistas brasileiros, e o interesse demonstrado pelos participantes nas sessões em que eram abordados temas político-econômico-sociais da realidade brasileira, revelou as dificuldades de comunicação e confronto de opiniões entre os cientistas e os representantes do executivo em nosso país.

Do ponto de vista da educação, tais encontros revelam-se de importância primordial para o conhecimento e a análise do sistema educacional do país, assim como constituem momentos insubstituíveis de intercâmbio de experiências, idéias e teses, de discernir, discutir e trazer à tona os principais problemas educacionais da nação e, finalmente, de buscar novos caminhos e novas soluções.

Existe, entretanto, principalmente entre nós, uma evidente defasagem no tempo para incorporação dessas teses e idéias novas à práxis educacional, fenômeno esse quase inevitável dada a grande resistência a mudanças que caracteriza as idéias no campo da educação.(25)

Mas é preciso que educadores e administradores reconheçam que o futuro da educação não pode ser deixado ao acaso, e felizmente, parece haver indícios de que se vem tomando cada vez mais consciência no Brasil, da necessidade urgente de investigações práticas e teóricas mais profundas e amplas, tanto no que tange ao desenvolvimento dos serviços educacionais, como no que se refere à política e organização das pesquisas educacionais, que serão exatamente as fontes geradoras da "matéria-prima para o planejamento educacional, que é o conhecimento do sistema a planejar".(26)

A importância da pesquisa educacional adequadamente desenvolvida num país, cada vez mais se faz patente, na medida em que o sucesso de cada plano que se queira pôr em prática dependerá das informa-

ções disponíveis a respeito do sistema em questão. De modo que, quanto melhor e mais eficiente for o sistema de coleta de dados periódica de um país, isto é, quanto mais eficaz a infra-estrutura de pesquisa existente, tanto maior a possibilidade de aperfeiçoamento gradativo e sucesso na implantação dos planos educacionais.

Porém, um ponto crítico parece persistir na pesquisa educacional brasileira, qual seja o da carência de rigor científico derivada da falta de qualificação e deficiência de formação, de linguagem e de comunicação entre o pessoal responsável por essa atividade. A falta de fidedignidade estatística nas pesquisas apontada pelos autores citados, é quase uma constante.

Além disso, a carência do enfoque multidisciplinar, o fato de não existir uma política e um plano nacional definido com relação às pesquisas educacionais, a ausência de mecanismos eficientes de informação e, finalmente, a falta de ordenação e planejamento na realização das pesquisas educacionais no Brasil e a deficiência básica na formação de pessoal especializado, constituem, ao que tudo indica, os fatores mais citados como responsáveis pela já comentada desvinculação existente entre teoria, prática e pesquisa educacionais no Brasil, e conseqüentemente, pela ocorrência dos principais problemas educacionais brasileiros, uma vez que "a educação tem seu aperfeiçoamento condicionado pela excelência da rede de pesquisa e da estrutura de planejamento de que dispõe a seu serviço".(27)

Jayme ABREU, por exemplo, ao tentar fixar diretrizes para uma política da pesquisa educacional no Brasil, aborda primeiramente, como premissa básica do seu trabalho, "a escassez de incorporação do método científico ao trato corrente dos problemas educacionais no país"(28), o que, em última análise, aponta a quase total desvinculação da educação brasileira das conquistas científicas e tecnológicas alcançadas pelas pesquisas educacionais.

Em países com as características de desenvolvimento semelhantes às do Brasil, onde os problemas de quantidade e qualidade de escolas e professores, e de oportunidades educacionais tão evidentes,(29) torna-se ainda mais difícil chegar a uma resposta à pergunta a respeito do quanto e de como a pesquisa educacional tem afetado a prática escolar, o planejamento das escolas, as teorias educacionais, filosofia e política etc...

De modo geral, o que se pode observar, é que em conseqüência dos progressos da pesquisa educacional brasileira e apesar de todos os problemas já apontados, as próprias diretrizes do ensino no Brasil parecem estar em "crise de renovações", diferenciando-se a escola brasileira em níveis e funções, procurando de alguma maneira chegar a um tratamento adequado e eficaz a uma clientela cada vez mais diferenciada.

Mas a partir do fato, a nosso ver, indiscutível, de que “o ensino em nossa realidade é um processo de natureza decisório-executiva, exercido basicamente pelo professor”(30), a qualidade e o sucesso desse processo dependerão indubitavelmente das contribuições fornecidas pelas pesquisas científicas desenvolvidas no campo da educação, às quais tiver o professor acesso e conhecimento.

O problema fundamental, então, segundo nos parece, se resume em comunicar os resultados de tais pesquisas, de maneira conveniente e adequada, ao pessoal diretamente envolvido com o trabalho de ensinar, o que poderia ocorrer tanto através da divulgação de publicações especializadas, que, como vimos, praticamente inexistem no Brasil(31), como também através de programas de treinamento(32), que, se bem orientados, poderiam solucionar a maior parte dos problemas de formação e linguagem que impedem a comunicação entre práticos, teóricos e pesquisadores educacionais. Problemas esses profundamente discutidos e analisados por G. MIALARET e M. DEBESSE, como podemos perceber nestas citações:

“...Basta examinar de onde provêm esses diferentes tipos de educadores para ver que não falam todos a mesma língua... a formação dos práticos, por exemplo, não os prepara suficientemente para o diálogo com os teóricos e os pesquisadores.

Têm estes, de saída, formação que nem sempre é recebida por um prático. ...falam língua ( estatística quase sempre ), estranha ao prático e ao teórico. As preocupações de um e de outros não se situam na mesma escala, e as ordens de urgência não são as mesmas. Ponte ainda não foi posta entre os resultados da pesquisa pedagógica e as necessidades do prático.”(33)

Assim, falar nos problemas de comunicação entre esses três profissionais da educação, implica necessariamente, segundo cremos, falar nos problemas de formação de tais profissionais, e, a esse respeito, parece oportuno encerrar usando as palavras de Jean PIAGET, numa análise muito apropriada sobre o “ensino das ciências”:

“...torna-se então evidente que o ensino das ciências pretende adaptar-se às condições do progresso científico e preparar inovadores de preferência a espíritos conformistas... com tudo o que isso importa de visão interdisciplinar... Do ponto de vista pedagógico, estamos pois diante de uma situação muito complexa, que comporta um belo programa para o futuro e que atualmente deixa muito a desejar. Com efeito, se todo mundo se põe a falar das exigências interdisciplinares, a inércia das situações adquiridas, isto é, passadas mas ainda não ultrapassadas, tende à realização de uma simples multidisciplinarie-

dade... Trata-se, ao contrário, de estarem imbuídos os próprios mestres de um espírito epistemológico amplo, a fim de que, sem para tanto negligenciarem o campo de sua especialidade, possa o estudante perceber, de forma continuada, as conexões com o conjunto do sistema das ciências. Ora, tais homens são atualmente raros.”(34)

## NOTAS

(1) DI DIO, Renato A. T., “A pesquisa educacional no Brasil”, **Revista Pesquisa e Planejamento**, SP, v. 16, jan/75, págs. 147 – 158.

(2) JOLY GOUVEIA, Aparecida, “A pesquisa educacional no Brasil: de 1970 para cá”, **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 19, págs. 75 – 79, dez/76, pág. 79.

(3) Idem ibidem, pág. 79

(4) ISQUIERDO MUÑOZ, Carlos, “Considerações para determinar as prioridades da pesquisa educacional na América Latina”, **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 5, págs. 3 – 17, nov/72, pág. 3.

(5) SCHIEFELBEIN, Ernesto, “A comunicação entre os Centros de Pesquisa Educacional”, **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 5, págs. 19 – 35, nov/72, pág. 19.

(6) JOLY GOUVEIA, Aparecida, op. cit., págs. 75 – 79.

(7) JOLY GOUVEIA, Aparecida, “Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil”, **Revista Pesquisa e Planejamento**, SP, v. 16, jan/75, pág. 139 – 145.

(8) Idem ibidem, pág. 141.

(9) Idem ibidem, pág. 141.

(10) A esse respeito, veja-se o trabalho da Professora Maria Amélia AZEVEDO GOLDBERG, apresentado durante a realização da XXIII Reunião Anual da SBPC, quando se desenvolvia um Simpósio sobre Pesquisa para o Planejamento Educacional, e intitulado “O pesquisador educacional e o Mercado de Trabalho”, publicado na **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )**, nº 236, dez/71, págs. 734 – 758.

(11) DI DIO, Renato A. T., op. cit., págs. 156 – 157.

(12) Idem ibidem, pág. 147 – 158.

(13) PIRES AZANHA, José Mário, **Experimentação Educacional ( Uma contribuição para sua análise )**, S. Paulo, Edart, 1975, pág. 18 e ss.

(14) Idem ibidem, pág. 20.

(15) Ver DI DIO, Renato A. T., op. cit., pág. 150 e JOLY GOUVEIA, Aparecida, “A pesquisa educacional no Brasil”, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 55 (122): 209 – 241, abr-jun/71, pág. 216 e ss.

(16) SENISE, Paschoal E. A., “A função da pós-graduação na formação de pesquisadores”, **Revista Ciência e Cultura ( SBPC )**, 23 (6): 40 – 41, dez/71, pág. 40.

(17) HEGENBERG, L., “Os cursos de Pós-graduação”, **Jornal O Estado de São Paulo**, de 19/9/71, pág. 15.



- (18) TRIGUEIRO MENDES, Durmeval, "Pesquisa e Ensino no Mestrado em Educação", **Revista Pesquisa e Planejamento**, nº 16, jan/75, págs. 249 – 264.
- (19) Idem ibidem, pág. 252.
- (20) McCARTHY, M. J., "O Estado e a Pesquisa Educacional", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 22 – 32.
- (21) Idem ibidem, pág. 23.
- (22) DI DIO, R. A., op. cit., pág. 153.
- (23) Ver a esse respeito: MIALARET, G., "Teoria, Prática e Pesquisa em Pedagogia", in: MIALARET, G. e DEBESSE, M., **Tratado das Ciências Pedagógicas**, vol. I, SP, Edusp-Nacional, 1 974, págs. 123 – 125.
- (24) HUSEN, Torsten, "Pesquisa e elaboração de uma política educacional", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 184 – 192.
- (25) ABREU, Jayme, "Relatório Analítico e Recomendações da IV Conferência Nacional de Educação", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115): 100 – 107, jul-set/69, pág. 104.
- (26) LOPES CORREA, Arlindo, "Pesquisa e Planejamento Educacional", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115): 14 – 21, jul-set/69, pág. 16.
- (27) Idem ibidem, pág. 21.
- (28) ABREU, Jayme, "Uma política para a pesquisa educacional no Brasil", **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 52 (115), jul-set/69, págs. 6 – 12.
- (29) A esse respeito, ver as análises desenvolvidas em: BERGER, M., **Educação e Dependência**, Porto Alegre, Difel, 1 976, 355 págs. e CUNHA, L. Antonio, **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1 975, 291 págs.
- (30) AZEVEDO GOLBERG, M. Amélia, "As contribuições da ciência ao ensino: Mito e antimito", **Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**, nº 12, págs. 55 – 59, 1 975, pág. 55.
- (31) Ver parte II deste trabalho.
- (32) AZEVEDO GOLDBERG, M. Amélia, op. cit., pág. 55.
- (33) MIALARET, G., "As razões da situação atual", in: MIALARET, G. e DEBESSE, M., op. cit., pág. 125.
- (34) PIAGET, Jean, **Para onde vai a educação ?**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1 975, pág. 125.